



ATA DA 560ª (QUINGENTÉSIMA SEXAGÉSIMO) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 14h, presencial, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, com sede no Setor de Autarquias Sul, quadra 1, Lote 1, Bloco H, Ed. Telemundi II – 2º, 11º ao 14º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-010, com a presença do presidente do colegiado, KRISJANIS FIGUEIROA BAKUZIS e os demais membros do Conselho: FERNANDO MACHADO DINIZ e ALESSANDRY MACEDO DE MEDEIROS. Foram convidados: o Chefe da Auditoria Interna, JEFFERSON BARROS FIGUEIREDO; Gerente Geral de Licitação, EDUARDO HENRIQUE DE CASTRO; o Gerente Técnico de Controle de Gestão de Contratos, PAULO ROGÉRIO PEREIRA; o Gerente Técnico de Marketing e Potencialidades Comerciais, MARCELO MIRANDA; a Gerente Técnica de Planejamento Empresarial, MARIANA FERNANDES para prestar esclarecimentos ao Colegiado. A Assistente Executiva LETÍCIA FRANCO RODRIGUES foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes em pauta. Os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, deliberaram nos termos que se seguem:

- 1. Plano de trabalho do CONFI – apreciação e aprovação da ata 559ª RO.** O Colegiado aprovou a minuta apresentada.
- 2. Plano de trabalho do CONFI – apreciação das atas do Comitê de Auditoria 83ª e 84ª RO.** O Colegiado analisou o material e não teceu comentários sobre as informações apresentadas.
- 3. Plano de trabalho do CONFI – apreciação da ata do Conselho de Administração 77ª RE.** O Colegiado analisou o material e não teceu comentários sobre as informações apresentadas.
- 4. Plano de trabalho do CONFI – apreciação das atas da Diretoria Executiva 664ª e 665ª RO e 39ª a 41ª RE.** Em referência a ata 39ª RE: o Colegiado questiona se no (iii) ..encargos da dívida de 2013 e 2014 está correto ou seria 2023 e 2024; ata 40ª RE: 1. Delegação de competências para licitações: O Gerente Geral de Licitação apresentou ao Colegiado a Resolução do Diretor-Presidente



nº 035-2022, de 3 de fevereiro de 2022, que delega ao Superintendente de Trens Urbanos de Recife a competência para executar os procedimentos licitatórios, e informou que apenas a operação interna será na unidade de Recife, mas no âmbito nacional será no site Comprasnet. Devido à equipe reduzida na Administração Central, outras unidades poderão executar a tarefa, mas somente se por delegação de competência através de resolução; 2. Proposição nº03-2021/DT. 1º Termo Aditivo. Adequação de projeto e acréscimos de itens necessários ao cumprimento do Contrato nº 12/2020/STU-NAT (linha branca): o Colegiado solicita informações sobre os gastos com a inclusão do desvio ferroviário, e o motivo da Gerência Jurídica julgar prescindível nova autorização do CPPI; 3. Proposição nº 04-2021/DT; 1º Termo Aditivo. Adequação qualitativa de Contrato nº 07/2021-STU-NAT (linha roxa, Fase I): O Colegiado *se preocupa* com o aumento do custo em 37,16% em relação ao projeto inicial, e *questiona* o motivo do projeto não ter sido adequado conforme exigência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); referente às atas 42ª RE, 664ª RO e 665ª RO: analisou o material e não teceu comentários sobre as informações apresentadas.

5. Execução orçamentária – fevereiro/2022. O Colegiado manifesta sua insatisfação quanto ao atraso no envio das planilhas, considerando terem recebido o material para análise referente ao mês de fevereiro/2022 e não março/2022.

6. Receitas não operacionais. O Gerente Técnico de Marketing e Potencialidades Comerciais apresentou a planilha das receitas acessórias auferidas até março/2022 de cada unidade. STU-BH: (i) Shopping Estação BH: após e-mails enviados pela Gerência Técnica, diligências com o Shopping e com a Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais, se verificou que a data-base para incidir o reajuste era 28/11/2007, data esta que foi a de apresentação da Proposta de Preços da licitante vencedora da Concessão de direito real de uso. Nesse sentido, se constatou e convencionou que a competência para reajuste ficou como dezembro, e não novembro. Logo, o índice de reajuste de dez/2020 a nov/2021 (12 meses). (ii) mídia ADU/TPU: O contrato de Concessão com a Fly Mídia, que detinha exclusividade para exploração publicitária na STU-BH para diversos produtos de publicidade, encerrou em março/2022. Assim, a STU–BH passou a comercializar diretamente ações publicitárias por meio de autorizações de uso, que são contratos de curto prazo, precários e com pagamento antecipado. Devido à desestatização, não é possível realizar uma nova concessão publicitária para a respectiva Superintendência; (iii) Caixas eletrônicos: obs¹: valor está zerado na célula porque, na emissão da GRU, foi informado outro código de arrecadação, que não o de “aluguéis” 28802. Assim, as equipes financeiras da CBTU-AC fizeram o acerto em abril, de modo



que os valores do contrato de Caixas Eletrônicos de março (competência fevereiro) será lançado apenas em abril, em conjunto com o pagamento referente à competência março, O valor relativo à STU-BH no mês de competência fevereiro, com recebimento em março, foi de R\$20.112,20; obs²: No mês de janeiro/2022, houve o reajuste de 17,78% ao contrato celebrado com a Multinegócios Participações, Serviços, Locação e Sublocação de Espaços LTDA, calculado de janeiro/2021 a dezembro/2021. Assim, a diferença entre o valor reajustado ao contrato incidente desde a competência janeiro/2022 (R\$44.558,70) para o que foi efetivamente pago também em janeiro/2022 (R\$37.831,29), somando as Superintendências de Belo Horizonte e de Recife, totalizou R\$6.727,41. Nesse contexto, no mês de fevereiro/2022 foi cobrado à Concessionária e pago por ela o valor já reajustado de R\$44.558,70 e a diferença devida pelo mês de janeiro/2022 (R\$6.727,41), o que totalizou uma remuneração auferida de R\$51.286,11. Destaque-se que, no caso do contrato da Multinegócios, a cobrança é por caixa eletrônico instalado e há no momento 51 terminais bancários instalados, sendo 31 na Superintendência de Recife e 20 na de Belo Horizonte. Com o último reajuste, o valor de cada caixa eletrônico passou a ser de R\$873,70. STUs Recife, Natal, Maceió e João Pessoa: (i) mídia contrato CODEMP: Na competência janeiro/2022 (com pagamento em fevereiro/2022), 30% do faturamento líquido da Concessionária CODEMP (Kallas) foi inferior ao valor da remuneração mínima (R\$68.808,37). Porém, foi constatado no início de fevereiro que a Concessionária acabou lançando uma campanha duplicada da marca “TIM” no mês de novembro/2021, totalizando em R\$10.380,00 esse lançamento a mais. Assim, tal quantia foi descontada da remuneração mínima paga em fevereiro/22, de maneira que o total pago no referido mês foi de R\$58.428,37. Destaque-se que na planilha apresentada de receitas acessórias faz o controle gerencial percentual da representatividade das campanhas veiculadas em cada Superintendência, no caso específico do contrato da Kallas. Esse controle gerencial é importante para saber quanto é a participação efetiva de cada Superintendência no contrato mês a mês, para subsídio de tomada de decisão no presente ou no futuro. Entretanto, o valor pago pela concessão é diretamente realizado à Administração Central da Companhia, que detém a gestão do contrato; STU-JOP: não houve comercialização de mídia na competência janeiro, eis o porquê de o valor na planilha da competência fevereiro estar zerado; apesar da emissão da GRU da CODEMP na competência fevereiro, com pagamento em março, ter sido lançado por outro código de arrecadação, o valor relativo à participação da STU-JOP em tal competência (fevereiro) realmente foi zero, por não ter havido comercialização de mídia local; STU-MAC: Obs¹: valor zerado no mês de março porque, na emissão da GRU, foi informado outro código de arrecadação, que não o de “alugueis” – 288802. Assim, as equipes financeiras da CBTU-AC fizeram o acerto em abril, de modo que os valores do



contrato de Publicidade de março (competência fevereiro) será lançado apenas em abril, em conjunto com o pagamento referente à competência março. A participação da STU-REC no contrato da CODEMP no mês de competência fevereiro, com recebimento em março, foi de R\$62.931,98. STU-JOP: (i) exploração comercial: vencimento da parcela do único permissionário era 28/02/2022, que foi período de Carnaval, dia não útil de compensação bancária. Assim, o valor pago foi creditado apenas em março. O valor da exploração comercial na STU-JOP, recebido em março, foi maior porque somou as parcelas de fevereiro e de março do permissionário, visto que o vencimento de fevereiro era 28/02/2022, período de carnaval, portanto, sem compensação bancária.

7. Controle de inadimplência tributária e relatório sobre os impostos a recuperar. O Colegiado analisou o material e *acata* a solicitação feita pela Coordenadora Técnica Tributária para o envio do relatório trimestralmente, e solicita que seja feita a correção na planilha 122021; o título na coluna saldo em setembro/2021 para saldo em dezembro/2021.

8. Contratos relevantes: examinar em especial dispensas e inexigibilidade. O Colegiado solicita verificar a data da vigência e data de vencimento na planilha de unidade de Belo Horizonte na ORD 122 – instrumento contratual PRC: 011/2022 – 1396/2021 – Indústria Romi S/A. O Gerente Técnico de Controle de Gestão de Contratos informou ao Colegiado que questionará e pedirá a correção referente as datas de vigência e vencimento para unidade de Belo Horizonte.

9. Recomendações UAIG, CGU e TCU. O Chefe de Auditoria realizou a apresentação do monitoramento das recomendações: (i) UAIG: o estoque de recomendações com providências em andamento perfaz o montante de 107 recomendações. Informado que no momento estão com 42 recomendações com prazo expirado, e que até o momento não houve manifestação, sendo que para algumas cabe uma nova solicitação de prazo. No slide situação das recomendações UAIG, o gráfico quantidade de manifestações: a quarta coluna 3x ou + são as recomendações com orientações do Conselho de Administração sobre o que fazer; (ii) CGU: o estoque de recomendações com providências em andamento perfaz o montante de 23 recomendações, os sistemas utilizados são e-Aud e Conecta. Ressalta-se que a CGU possui 3 processos de auditoria em andamentos, sendo 2 realizados pela NAC-07(Gestão de RH e Avaliação da sustentabilidade econômica da CBTU), no RJ e 1 pela CGU-REC (Auditar a gestão de aquisição e contratação de bens e serviços, gestão de recursos humanos, gestão financeira e gestão de qualidade dos serviços prestados pela unidade). (iii) TCU: até a presente data, a CBTU possui 35 processos em aberto no TCU, onde figura como



Unidade Jurisdicionada: SECEXADMIN: 1 processo; SECEXTCE: 3 processos; SEFIP: 6 processos, SEFTI: 6 processos, SEINFRAPOR: 2 processos e SEINFRAURB: 17 processos. O Chefe de Auditoria informou que está agendada reunião com a equipe do TCU para acompanhamento dos processos.

10. RAIN T 2021. O Chefe de Auditoria apresentou o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAIN T) elaborado em cumprimento às diretrizes da Instrução Normativa (IN), nº5, de 27 de agosto de 2021, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), e contempla as atividades de auditoria realizadas no exercício, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT). Primeiramente apresentou a atual estrutura da Auditoria Interna: Chefe de Auditoria, 7 Auditores e 1 Assistente Executiva. Foi informado sobre a orientação do Comitê de Auditoria da importância que incluir na equipe da auditoria um profissional de TI, mas infelizmente devido ao déficit no quadro de empregados não será possível remanejar um empregado da área de TI para auditoria interna; Os trabalhos da Auditoria Interna não concluídos ou não realizados: item PAINT 04 – Receitas Operacionais e não operacionais – STU/ Belo Horizonte: atividade não realizada por requerer inspeção física, ação impossibilitada pela suspensão das viagens a serviço, segundo RPR nº 106/2022. Dessa forma, por questões operacionais o trabalho foi cancelado; item PAINT 05 – Receitas Operacionais e não operacionais – STU-Recife: atividade não realizada por requerer inspeção física, impossibilitada pela suspensão das viagens a serviço, segundo RPR nº106/202. Dessa forma, por questões operacionais o trabalho foi cancelado, mas previsto para execução no PAINT 2022; item PAINT 06 – Gestão de Via Permanente e Material Rodante - STU/Maceió: atividade não realizada por requerer inspeção física, impossibilitada pela suspensão das viagens a serviço, segundo RPR nº106/2020. Dessa forma, por questões operacionais o trabalho foi cancelado, mas previsto para execução no PAINT 2022; item PAINT 07 – Revisão Trimestral sobre as informações contábeis – Administração Central: atividade não realizada devido ao atraso substancial por parte da administração no fechamento das notas explicativas; item PAINT 13 0 Gestão de via permanente e material rodante – STU/Recife: atividade não realizada por requerer inspeção física, impossibilitada pela suspensão das viagens a serviço, segundo RPR nº106/2020. Dessa forma, por questões operacionais o trabalho foi cancelado, mas previsto para execução no PAINT 2022; O total da carga horária com ações de capacitação da equipe da Auditoria Interna: Chefe de Auditoria: 170 horas e Auditores: 1.192,50 horas; Benefícios da atividade da Auditoria Interna: em consonância ao disposto na Instrução Normativa nº4, de 11/06/2018, publicada pela Secretaria Federal de Controle Interno no Ministério da Transparência e Controladoria Geral da



União(CGU), a AUDIT passou a adotar a “Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios Financeiros da Atividade de Auditoria Interna”, em razão do qual obteve o seguinte resultado: valor total de benefícios financeiros: R\$3.243.785,18 (três milhões e duzentos e quarenta e três mil e setecentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos), o total é o somatório de: valor de gastos indevidos evitados, valores recuperados, benefícios contabilizados em 2021 relativos ao exercício de 2020 - gastos indevidos evitados e benefícios contabilizados em 2021 relativos ao exercício de 2020 – valores recuperados; Feedback das áreas auditadas: os resultados demonstraram que em 88% das respostas as áreas auditadas concordam completamente com as perguntas acerca de contribuições positivas dos trabalhos de auditoria realizados em 2021. Em 6% delas a concordância foi parcial e em 2% a discordância também foi parcial. Já para 4% das perguntas, as áreas auditadas não souberam responder ou indicaram neutralidade no retorno. Quando instados a responder acerca da nota geral de avaliação, em uma escala de 0-5, aos trabalhos realizados em 2021, sendo 0 a pior nota e 5 a melhor, 80% atribuiu a nota 5 para a UAIG e para outros 20% a nota foi 3. Destarte, a Auditoria Interna se esforçou no sentido de cumprir o que disciplina as Instruções Normativas do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, sobretudo, no que compete às Unidades de Auditoria Governamental do Poder Executivo, visando sempre à execução de ações que permitam o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. Nesse aspecto, executou, no exercício de 2021, seus Programas em observância ao que previu o Plano Anual da CBTU daquele período, consoante as diretrizes na IN nº05/2021.

11. Fluxo de caixa 1º trimestre 2022. O Colegiado analisou o material e não teceu comentários sobre as informações apresentadas.

12. Indicadores operacionais gerais e por STU. A Gerente Técnica de Planejamento Empresarial informou que as informações apresentadas na planilha de março, foram coletadas em fevereiro. O Colegiado *solicita* que as observações sejam inseridas na planilha como comentário para ciência do Colegiado durante a análise do material.

13. Ressarcimento de pessoal cedido com e sem ônus. O Conselho registra que o material não foi submetido ao colegiado para apreciação e análise.

14. Relatório de riscos fiscais. O Conselho registra que o material não foi submetido ao colegiado para apreciação e análise.



15. Evolução do Plano de Negócios. Informado ao Colegiado que o Plano de Negócios foi aprovado pela Diretoria Executiva e será submetido ao Conselho de Administração.

16. Participação da diretoria – Diretor Pedro Cunto. O Diretor de Planejamento e Relações Institucionais informou que não poderá participar da reunião, pois foi convocado para uma viagem urgente.

Encerramento: Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 26 de maio de 2022 às 14h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

KRISJANIS FIGUEIROA BAKUZIS
Presidente

FERNANDO MACHADO DINIZ
Conselheiro

ALESSANDRY MACEDO DE MEDEIROS
Conselheiro

LETÍCIA FRANCO RODRIGUES
Secretária